

Desenvolvimento de competências empreendedoras em um curso de direito: experiência com “Hackathon”

Developing entrepreneurial skills in a law course: experience with a “Hackathon”

(Ricardo de Abreu Barbosa - Universidade Presbiteriana Mackenzie –
ricardobarbosa.prof@gmail.com)

(Luciano Venelli-Costa - Universidade Presbiteriana Mackenzie –
luciano.costa@mackenzie.br)

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar a experiência realizada na Universidade Presbiteriana Mackenzie de aplicação de um modelo de aprendizagem conhecido como “Hackathon” para as turmas do curso de direito. Em 2012, foi instituído na universidade que todos os cursos da graduação deveriam desenvolver competências empreendedoras. Porém, os alunos do curso de direito tinham baixo engajamento e desprezo pelo ensino de empreendedorismo. O método aplicado é de abordagem qualitativa, baseado no estudo de caso da faculdade de direito, em formato de relato de experiência, com resultados antes e depois da aplicação de um “Hackathon” na semana jurídica de 2023. Os resultados revelam aumento significativo no engajamento dos estudantes, com inscrição voluntária de 132 grupos, ou cerca de 500 alunos, além de 1000 visualizações em conta na rede Instagram criada para o desafio, participação em torno de 1500 alunos nas cerimônias de premiação, e alunos escolhendo os professores de empreendedorismo para novos projetos de pesquisa, extensão e orientação de trabalhos de conclusão de curso (TCC). Este artigo expande as técnicas de ensino para professores de empreendedorismo em cursos que não são da área de negócios.

Palavras-chaves: competências empreendedoras; Hackathon; empreendedorismo em direito; engajamento estudantil; técnicas de ensino.

Abstract

This article aims to present the experience conducted at Mackenzie Presbyterian University of implementing a learning model known as “Hackathon” for law school classes. In 2012, the university mandated that all undergraduate courses should develop entrepreneurial competencies. However, law students exhibited low engagement and disdain for entrepreneurship education. The applied methodology follows a qualitative approach based on a case study of the law school, presented as an experiential report, with results observed before and after implementing a “Hackathon” during the 2023 Legal Week. The findings reveal a significant increase in student engagement, with the voluntary registration of 132 groups comprising approximately 500 students. Additionally, there were 1000 views on the Instagram account created for the challenge, participation of around 1500 students in award ceremonies, and students selecting entrepreneurship professors for new research, outreach, and guidance for final projects (TCC). This article expands teaching techniques for entrepreneurship professors in non-business courses.

Keywords: entrepreneurial competencies; Hackathon; entrepreneurship in law; student engagement; teaching techniques.

Recebido em 26/01/2024

Revisado em 08/02/2024

Aceito em 07/03/2024



1. Introdução

Alinhada às mudanças no mercado de trabalho e na sociedade em geral, a Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) tem se preocupado com a sua participação no desenvolvimento de competências socioemocionais no âmbito da jornada universitária de seus alunos. Pesquisas têm demonstrado a crescente importância das soft skills ou competências socioemocionais dos recém-graduados para entrada na vida profissional (Frauches & Costa, 2019), para os gestores de projetos (Araújo & Pedron, 2016) e para gestores em geral (Leite, 2016), além dos relatórios que têm sido publicados por agências e órgãos nacionais e internacionais relacionados a educação e trabalho, como a UNESCO, o Fórum Econômico Mundial e o GMAT (Graduate Management Admission Council) (Leite, 2016)

Desde 2012, a UPM tem atuado para o desenvolvimento de competências socioemocionais, com destaque para a aprendizagem do empreendedorismo oferecido a todos os cursos da graduação, como componente curricular de eixo universal. Para tanto, a UPM criou um Núcleo de Educação Empreendedora (NEE), cujos professores ministram duas disciplinas, princípios de empreendedorismo e projetos empreendedores, geralmente oferecidas nos semestres intermediários dos programas de graduação da UPM.

Em 2020, a Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) deu mais um passo para o desenvolvimento de competências socioemocionais. A nova pró-reitoria de graduação introduziu a abordagem do “transformative learning” (Mezirow, 1978) nos processos acadêmicos da UPM, tendo instituído o Centro de Excelência de Aprendizagem Transformadora (CEAT). Em seu primeiro Fórum de Aprendizagem Transformadora, os cerca de 1000 professores cocriaram as bases para a política educacional que definiu as seis competências chaves para a implementação da nova abordagem, dentre as quais foram incluídas a “liderança e as competências empreendedoras”.

Enquanto o NEE atua para disseminar a cultura empreendedora sob o primado da livre iniciativa e das novas perspectivas de trabalho num mundo globalizado e pós-industrial, expondo os alunos aos diferentes perfis de empreendedorismo e dotando-os de competências para aplicar seus conhecimentos advindos de diferentes áreas de conhecimento (humanas, exatas, saúde) em projetos empreendedores de cunho tecnológico ou social, o CEAT aplica a teoria da aprendizagem transformadora para promover iniciativas curriculares ou cocurriculares que exponham, integrem ou transformem o aluno em um nível metacognitivo, causando-lhes reflexões profundas e gerando disposição para mudanças em seu sistema de valores ou visão de mundo a partir de iniciativas de aprendizagem oferecidas pelo ambiente acadêmico. A abordagem do NEE é material. A do CEAT é processual.

De acordo com o portal CEAT (Mackenzie, 2023), a competência chave “liderança e competências empreendedoras” considera que os estudantes devem ser capazes de provocar uma influência positiva sobre as outras pessoas, impactando o seu meio e a sociedade como um todo. Além disso, deve possibilitar que se desenvolvam como protagonistas de suas carreiras, não somente como empreendedores de negócios. Envolve também assumir responsabilidade em situações que exijam ação proativa, flexibilidade e assertividade em negociações, bem como o foco em inovação para problemas contemporâneos. O desenvolvimento da liderança implica em aumentar a resiliência ao lidar com frustrações e reveses, aplicando o autoconhecimento e equilíbrio emocional. Dentre os principais descritores



desta competência estão: capacidade de desenvolvimento de equipe, comprometimento, criatividade, empatia, integridade, propósito, agilidade, entre outros.

Apesar do alto investimento da UPM, as competências empreendedoras não vinham sendo plenamente assimiladas pelos alunos de todas as unidades acadêmicas, e a situação entre os alunos da faculdade de direito trouxe preocupações para o NEE, tendo sido constatado que os estudantes de direito, futuros advogados, juízes, delegados ou membros de Ministério Público, não assumiam uma identidade empreendedora ou não compreendiam, em sua maioria, por que razão o ensino de empreendedorismo seria relevante para sua formação profissional. Uma pesquisa na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) (Zanchet & Silva, 2021) já havia comprovado esta dificuldade de aceitação das disciplinas de empreendedorismo nos cursos que não são das áreas de engenharia, computação ou de negócios.

Este estudo tem por objetivo apresentar o histórico de mudanças que foram realizadas para aumentar o engajamento dos alunos nas disciplinas de empreendedorismo no curso de direito da UPM, culminando com a experiência da aplicação do modelo de aprendizagem conhecido como Hackathon, que se mostrou uma estratégia bem-sucedida de desenvolvimento de competências empreendedoras.

2. Fundamentação teórica

Segundo um estudo do CEPI – Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação da FGV Direito SP, tem aumentado o interesse por estudos sobre competências e habilidades requeridas para o futuro das profissões jurídicas (Feferbaum et al., 2022), sobretudo pelo reconhecimento de que há em curso um cenário marcado por transformações caracterizadas pelo crescimento da automação de tarefas antes realizadas por profissionais em níveis iniciais, bem como pela adoção de soluções tecnológicas tanto no setor público quanto privado, como emprego de inteligência artificial para tarefas antes realizadas por advogados e juízes, e até mesmo a tendência de contratação de profissionais de outras áreas como engenheiros, programadores e designers para atuar em interfaces com profissionais do direito (Feferbaum et al., 2018).

As razões para esse movimento estão nas mudanças de paradigmas que passam a atingir o universo jurídico. O conceito de “legal experience”, advindo do design, tem atacado uma cultura de um relativo hermetismo, de que têm sido acusadas as tradições do direito (Kelsen, 1984), o que abre o caminho para se pensar a ordem jurídica como um mercado e os atos jurídicos também como serviços a serem prestados a clientes ou a usuários que buscam soluções e exigem eficácia.

Richard Susskind (2010) e Michelle De Stefano (2018) se referem, por exemplo, à pressão de clientes por ganhos de eficiência. Benjamin H. Barton (Barton, 2015) e Joanna Goodman (2016) exploram as novas tecnologias como ferramentas e oportunidades de trabalho e como construção de soluções jurídicas (Camelo et al., 2020; Feferbaum et al., 2018).

As novas abordagens exigem novas habilidades e competências para a área jurídica. O direito continua a exigir erudição propedêutica e rigor técnico-dogmático, mas passa também a exigir com ainda maior efetividade o domínio de habilidades multidisciplinares, como apropriação digital e negocial, e de competências socioemocionais como adaptabilidade, liderança, agilidade, criatividade e proatividade, todas tidas por descritoras das chamadas competências empreendedoras (Feferbaum et al., 2022).



Apesar da reconhecida importância, tem havido resistência por parte de operadores de direito sobre a necessidade de se desenvolver habilidades multidisciplinares e competências socioemocionais, com destaque para o empreendedorismo que seja aplicado ao universo jurídico, em suas diversas possibilidades de atuação.

Em avaliação institucional, realizada em abril de 2022, com os alunos da faculdade de direito da UPM, que representam cerca de 6000 estudantes, 72% dos respondentes afirmaram que as disciplinas de empreendedorismo contribuíram pouco ou não contribuíram para sua formação profissional e acadêmica ao longo de sua trajetória universitária.

O NEE passou então a buscar um diagnóstico para os resultados adversos e com isso estabelecer ações que levassem os estudantes de direito da UPM a desenvolver a percepção da importância do empreendedorismo como competência socioemocional necessária em qualquer opção de carreira que viessem a desenvolver.

3. Percorso Metodológico

Como primeira medida, os professores integrantes do NEE, em reuniões entre pares, levantaram algumas hipóteses sobre as razões para uma percepção negativa acerca da importância do empreendedorismo na formação dos alunos de direito. Foram apontadas as seguintes questões: retorno do regime de aula para o modelo presencial, como efeito do pós-pandemia; as alterações recentes do plano de ensino das disciplinas de empreendedorismo; e uma provável inexperiência de professores ingressos no NEE, gerando insatisfação aos alunos.

Foi então constituído um grupo de trabalho - composto pelo coordenador do NEE e do professor do NEE que é advogado e ministra aulas no curso de direito -, para confirmar o diagnóstico, cujas medidas foram a de aprofundar as questões a partir de contatos com a coordenação geral da faculdade de direito, um estudo sobre as práticas de instituições de ensino que também propõem o ensino de empreendedorismo em seus cursos de graduação em direito e a busca de uma visão sobre empreendedorismo a partir de instituições que atuam na difusão de cultura jurídica e promoção de carreiras emergentes em direito, a exemplo da Associação Brasileira de Lawtechs e Legaltechs (AB2L).

Como resultado, concluiu-se que é uma questão cultural do estudante de direito a desvalorização por áreas do conhecimento que não pertencem ao universo jurídico, e que os alunos não entendiam como as disciplinas de empreendedorismo contribuiriam para sua formação. De um modo mais pragmático, foi dito que, pelo fato de o empreendedorismo não ser um conteúdo exigido em exames da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) ou em provas para carreiras públicas como da Magistratura ou do Ministério Público, tais componentes não eram priorizados pelos alunos. Por fim, a queixa de que os professores que ministravam a disciplina não eram advogados ou não conheciam as especificidades do mercado jurídico.

Em agosto de 2022 foi dado início a um plano de ações para reverter o cenário de insatisfação e resistência dos alunos ao projeto de educação empreendedora na UPM.

As disciplinas, que antes eram ministradas de maneira homogênea e universal em todas as unidades acadêmicas, passaram por uma revisão para que as especificidades de cada curso de graduação e do perfil do alunado fossem respeitadas. Novos professores foram contratados e alocados para se dedicarem exclusivamente a cada unidade acadêmica. No caso da faculdade de direito, professores com titulação acadêmica em direito e atuação profissional na advocacia,



departamentos jurídicos de empresas ou empreendedores de legaltechs, com formação complementar em tecnologia, design ou gestão, foram contratados para integrar a equipe de professores do NEE. Por fim, projetos de pesquisa e de extensão e aproximações com o ecossistema das startups foram iniciadas, dando-se a visão de que tanto o terceiro setor quanto o ecossistema das startups seriam um terreno fértil para que advogados atuassem como empreendedores ou os assessorassem.

3.1. Intervenção proposta

Em maio de 2023, os novos professores do NEE, responsáveis pelo ensino de empreendedorismo no curso de direito da UPM, sentindo-se parte da unidade acadêmica, ofereceram-se para participar das festividades em comemoração dos 70 anos da faculdade de direito, que tradicionalmente realiza uma semana jurídica, com diversos eventos, como palestras e workshops, envolvendo grandes nomes da comunidade jurídica nacional e internacional.

A proposta consistiria em apresentar o empreendedorismo como competência fundamental para lidar com as profundas transformações sofridas pelas profissões e organizações do campo jurídico. Foi então idealizado um modelo de aprendizagem ativa que fosse aplicado durante a semana jurídica e que contemplasse os seguintes elementos: um desafio empresarial real e contemporâneo, que demandasse a aplicação de conhecimentos técnicos-jurídicos e que utilizasse abordagens interdisciplinares e competências socioemocionais para a resolução do desafio proposto, segundo os critérios de julgamento estabelecidos pela organização proponente do desafio, outras empresas participantes e a universidade.

O objetivo da proposta envolvia também a geração de reflexões sobre o reconhecimento de novas habilidades e competências exigidas dos profissionais do direito, sobre as novas áreas e oportunidades para a prática jurídica e sobre como o empreendedorismo, considerado uma competência socioemocional, poderia ajudar os estudantes a gerarem soluções para problemas ou desafios reais, com o emprego dos conhecimentos e habilidades que desenvolviam ao longo de sua trajetória universitária.

Foram lançados dois Hackathons, sobre proteção de dados e legal design, propostos por um grupo empresarial que atua no setor de meios transacionais, e que tinha em sua própria agenda a missão de revisar suas políticas de proteção de dados e de privacidade ligadas aos produtos de seu portfólio, para torná-las mais acessíveis aos seus clientes.

Segundo Gessi et al. (2021) Hackathon é um método de aprendizagem que promove a interdisciplinaridade através da proposição de casos e desafios permitindo a construção de soluções de forma coletiva. O termo origina-se das palavras inglesas “hacking” e “marathon” usado pela primeira vez por Niels Provos, em 1999, quando realizou o primeiro Hackathon no cenário corporativo, evento que ficou reconhecido pela capacidade de resolução de problemas de forma criativa.

Os autores explicam que, nesse tipo de maratona, os participantes são divididos em grupos e colaboram intensivamente por um curto período, que costuma variar entre 24 e 48 horas. O desafio é que, juntos, projetem e construam protótipos testáveis para a resolução de um determinado problema que atinge uma empresa, um grupo de pessoas, ou a sociedade como



um todo. Na maioria dos casos é oferecida uma premiação que visa estimular a competição e a participação nos envolvidos (Gessi et al., 2021).

É muito comum que os Hackathons envolvam alunos e profissionais de Tecnologia da Informação ou Engenharia, uma vez que as soluções costumam ser de base tecnológica. Várias iniciativas de Hackathons têm surgido com vistas a obter soluções tecnológicas para problemas sociais, como combate à corrupção e efetivação da justiça social (Braigghi, 2023; Wandeur & Sormani, 2021). Mesmo nestes casos, as equipes sempre são formadas com profissionais técnicos que vão implementar a solução discutida com os demais membros de outras áreas que compõem a equipe multidisciplinar. O produto final é sempre tecnológico.

O conhecimento técnico jurídico envolvido no Hackathon proposto na semana jurídica foi o regime geral de proteção de dados, previsto na Lei nº 13.709/2018, conhecida como LGPD. Era fundamental que os estudantes percebessem que embora a lei utilize a expressão “proteção de dados”, na realidade são as pessoas, os titulares de dados, quem devem ser protegidas. E nesse sentido, era também fundamental que os estudantes buscassem a empatia com o público-alvo da empresa proponente para que, a partir desses perfis, construíssem soluções que ajudassem a proponente a estabelecer uma cultura de proteção de dados, que levasse os seus clientes à conscientização e interesse pelo tema bem como à percepção de valor da marca da empresa em sua preocupação de tornar suas políticas de privacidade mais transparentes, inteligíveis e acessíveis.

A abordagem sugerida para a efetividade das normas e práticas de proteção de dados foi o legal design, desenvolvida pela escola de direito da Universidade de Stanford e que utiliza a aplicação de princípios e elementos de design, bem como da experiência do usuário na concepção e na elaboração de artefatos jurídicos, aqui definidos como contratos, memorandos, petições judiciais ou qualquer instrumento capaz de gerar efeitos jurídicos (Nybo et al., 2020).

Foi então lançado o desafio para que estudantes se organizassem em grupos de três a cinco integrantes e que, a partir do contato com as políticas de proteção de dados e de privacidade da empresa proponente, promovessem a transformação desses documentos jurídicos, aplicando os princípios do “legal design”.

Além da empresa proponente, foram convidados a participar do Hackathon, sob a forma de acompanhamento, patrocínio e julgamento, um escritório de advocacia “full service”, sediado em São Paulo e com atuação reconhecida nas áreas de direito digital e de inovação, bem como uma startup do segmento legaltech, especializada na aplicação de legal design para escritórios de advocacia e departamento jurídicos de organizações de grande porte.

Foi elaborado um regulamento contendo as regras do Hackathon, envolvendo requisitos para participação, prazos de inscrição e submissão das propostas, modalidades de premiação, bem como os produtos objeto do desafio: envio do documento transformado; e a gravação de um “pitch” explicando o processo de transformação. O regulamento ainda apresentava os critérios de julgamento dos trabalhos apresentados pelos grupos participantes, as regras de divulgação e premiação e a cessão dos direitos relativos aos dados disponibilizados durante o Hackathon aos seus proponentes.

Foram oferecidas duas modalidades de Hackathon para que as turmas do curso matutino e noturno tivessem as mesmas oportunidades de participação. Portanto, os alunos do curso matutino se inscreveram para trabalhar com a política de proteção de dados da empresa



proponente enquanto os alunos do curso noturno se inscreveram para trabalhar com a política de privacidade de uma das marcas de um produto do portfólio da mesma empresa proponente.

Foram selecionados dez finalistas entre todos os grupos inscritos e foram premiados os três melhores trabalhos das turmas da manhã e os três melhores trabalhos das turmas noturnas. A esses seis grupos foram oferecidos, como premiação, visitas institucionais nas empresas patrocinadoras e acessos a cursos sobre legal design. Aos grupos que obtiveram a primeira colocação foram oferecidos também kits com brindes das marcas, além de mentoria de carreira. Todos os participantes tiveram computadas 30 horas complementares sob a modalidade de extensão. Aos grupos vencedores, que obtiveram a primeira colocação, foram atribuídas dez horas complementares adicionais.

Foram estabelecidos sete critérios de julgamento e seleção dos trabalhos vencedores:

- a. **Solução adequada** - A solução proposta responde ao desafio, seguindo os seus requisitos mínimos em sua totalidade?
- b. **Cumprimento do objetivo e relevância do conteúdo** – A solução e o projeto asseguram o cumprimento do objetivo jurídico-regulatório de um Aviso de Privacidade, em especial a transparência prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, considerando o seu público-alvo?
- c. **Alinhamento com os valores da proponente e uso do manual da marca:** Houve total alinhamento com os valores da empresa proponente, disponível em seu website próprio? Houve a utilização correta do manual da marca da empresa proponente?
- d. **Clareza do conteúdo** - Há clareza no conteúdo do projeto? Foram utilizados elementos ou técnicas de simplificação da linguagem, legibilidade e “leiturabilidade”?
- e. **Acessibilidade, diversidade e inclusão:** Foram adequadamente implementados critérios de acessibilidade textual, terminológica e de design? Foi utilizada a linguagem neutra (recomenda-se a utilização de técnicas de neutralização e utilização palavras que já existem no português)?
- f. **Criatividade e Inovação** - Diferenciação em relação aos demais projetos apresentados no desafio e no mercado?
- g. **Escalabilidade:** Possibilidade de criação de elementos do projeto que sejam escaláveis, visto que a empresa proponente possui outras unidades de negócio.

Foi também aplicado o sistema de avaliação por rubricas (Quadro 1) para a verificação do atendimento a cada um desses critérios.

Durante o Hackathon, os cinco professores do NEE, além de dois advogados especializados em legal design que representavam o escritório de advocacia e a startup, patrocinadores do desafio, ofereceram mentorias para auxiliar os grupos a elaborarem seus documentos. Foi também oferecido em workshop sobre legal design, articulado por professores do departamento de direito digital da faculdade de direito, além do apoio das ligas acadêmicas de “Legal design” e “Legal hackers”, atuantes na faculdade de direito da UPM.

Os professores do NEE criaram uma conta na rede Instagram, ‘@emprenderlegal_mackenzie’, exclusivamente para promover o *Hackathon*, além da



iniciativa da UPM e das empresas proponente e apoiadoras e, sobretudo, para estabelecer interação com os alunos participantes. A conta foi também utilizada para oferecer conteúdo jurídico sobre a Lei Geral de Proteção de Dados, sobre a utilização do manual de marcas da empresa proponente e sobre o *Legal Design*. A conta funcionou ainda como um fórum para solução de dúvidas que surgiam ao longo da semana. Por fim, os alunos participantes do *Hackathon* eram estimulados a publicar a evolução dos seus trabalhos, a participação nos eventos de mentoria e workshop e a promover as marcas representadas no desafio, como critério diferencial para casos de empate na avaliação dos projetos.

Quadro 1 - Rubrica de avaliação segundo os critérios definidos

Critério	Sem pontos	1 ponto	2 pontos	3 pontos	4 pontos
Solução adequada	Fugiu ao tema ou não apresentou documento completo ou pitch	O documento atende expectativas, mas o Pitch não	O pitch atende as expectativas, mas o documento ficou incompleto	Ambos atendem a expectativa	A entrega supera expectativas
Cumprimento do objetivo e relevância do conteúdo	Foram excluídos elementos de segurança jurídica do documento	Existem elementos de segurança jurídica no documento, mas o pitch tem menos de 3 minutos ou mais do que 5 minutos	Mantiveram os elementos de segurança jurídica do documento original, sem explorar no pitch	Mantiveram os elementos de segurança jurídica e exploraram no pitch	Destacaram pontos jurídicos pertinentes tanto no documento quanto no pitch
Alinhamento com os valores da proponente e uso do manual da marca	Não usou o manual da marca ou citou concorrentes	Usou o manual da marca, mas não se apropriou dos valores da marca	Tom de voz adequado, ainda que sem grandes elementos únicos	Elementos criados especificamente para a marca, mas com alguma inadequação	Elementos criados especificamente para a marca, superando expectativas
Clareza	Não entendemos a proposta do grupo	Trouxe elementos de clareza, mas desconexos entre si	A clareza aparece em um ponto ou outro apenas, não do começo ao fim	O documento é claro e prioriza a transparência, de fácil leitura	O documento simplifica a linguagem e supera a expectativa
Acessibilidade, diversidade e inclusão	Não apresenta nenhum elemento de diversidade, acessibilidade e inclusão	Apresenta elementos de diversidade, mas não de acessibilidade	Apresenta elementos de diversidade e acessibilidade, mas ainda parece focado em um único tipo de público somente no documento	O pitch e o documento comunicam com diversos públicos	Exploraram novos canais, métodos, linguagens que tratam de inclusão
Inovação e criatividade	Não tem elementos inovadores	Existem alguma criatividade, mas sem inovação no documento	Existem alguma criatividade e inovação no documento, mas não no pitch	Existe criatividade e inovação no documento e no pitch	Superam expectativas em criatividade e inovação no documento e no pitch
Escalabilidade	Elementos impossíveis de serem reaproveitados para outras empresas do grupo	Elementos difíceis de serem reaproveitados para outras empresas do grupo	Elementos reaproveitáveis com algum esforço	Elementos reaproveitáveis sem esforço, porém muito massificado	Elementos escaláveis, com potencial de adaptação para cada empresa do grupo

Fonte: elaborado pelos autores (2023)

Para operacionalização da conta na rede Instagram, os professores e o NEE criaram um calendário de postagens envolvendo “stories”, “reels” e “feeds” sobre assuntos como: comentários à LGPD, apresentação institucional das empresas proponente e patrocinadoras, dicas sobre como usar o manual de marcas da proponente, dicas sobre como elaborar um pitch,



registros em vídeos e imagens das mentorias e do workshop, registros dos trabalhos dos grupos participantes.

4. Análise e discussão dos resultados

Os problemas identificados no diagnóstico e que deveriam ser solucionados relacionavam-se com cultura de desvalorização de áreas de conhecimento não relacionadas ao direito e com a incompreensão sobre a necessidade do empreendedorismo para o desenvolvimento de habilidades necessárias à atuação do profissional jurídico.

O Hackathon visava gerar reflexões sobre o reconhecimento de novas habilidades e oportunidades e sobre como o empreendedorismo poderia responder a essas demandas preparando os futuros profissionais do direito para um contexto cada vez mais disruptivo e desafiador.

Evidências de que o objetivo foi atingido começaram a surgir pela quantidade de inscrições, que envolveu 132 grupos, representando cerca de 500 alunos ou quase 10% do corpo discente da faculdade de direito da UPM. Este número surpreendeu os organizadores, já que outros eventos relacionados ao empreendedorismo, que eram promovidos pela universidade de modo generalizado, passavam despercebidos pelos alunos de direito.

Não houve um diagnóstico posterior para avaliar a razão deste interesse junto aos alunos, mas é possível que possa ser atribuída a algumas ações do NEE, como a inclusão de professores advogados e empreendedores no curso, que de alguma forma representaram a importância do direito no empreendedorismo ou do empreendedorismo no direito, sendo sobremaneira mais impactante do que inúmeros discursos de professores de outras áreas para uma audiência que se negava a ouvi-los.

Outro fator que pode ter sido relevante para o envolvimento foi o nome e o que representam as empresas envolvidas: uma das empresas avaliadoras está entre os maiores escritórios de advocacia do país, muito conhecido pelos alunos e desejado por eles como oportunidade de trabalho. A empresa que trouxe o desafio, embora não fosse tão conhecida entre os alunos, constitui um grande grupo empresarial francês presente em 27 países, este sim, o objeto de desejo dos grandes escritórios de advocacia do país e que se envolveu ativamente com todo o processo do Hackathon, trazendo para agenda dos alunos discussões concretas sobre temas emergentes como proteção de dados e legal design. Por fim, o fato de os alunos saberem que havia uma startup dedicada ao legal design e que estaria oferecendo capacitações sobre tema, completou a atratividade do evento.

Do ponto de vista da aprendizagem transformadora, ao final do evento os alunos foram convidados a realizar uma produção textual, a partir da seguinte iniciativa de atividade transformadora (IAT), institucionalizada pelo sistema MACKSTLR (“Mackenzie Student Transformative Learning Record”) e promovida pelo CEAT (Centro de Excelência em Aprendizagem Transformadora)

Primeiramente, queremos parabenizá-lo pela sua participação no *HACKATHON*. Acompanhamos o trabalho de todos os grupos e percebemos, de diferentes modos, o quanto vocês crescerem não somente no desenvolvimento das habilidades técnicas, mas sobretudo na empatia, agilidade, apropriação digital, espírito de equipe, comprometimento, criatividade e muita resiliência, questões tão necessárias para um profissional de sucesso nos dias de hoje.



Nosso objetivo aqui é que você reflita criticamente sobre como o *HACKATHON* o ajudou a mudar seus pressupostos sobre o empreendedorismo e a liderança em sua área, do direito e ou não.

- a) Como que o desafio te motivou a pensar de forma diferente sobre o futuro do trabalho, do empreendedorismo, dentro ou fora das organizações?
- b) Descreva o que, porque ou de que forma os seus pensamentos, decisões e ações mudaram depois de participar do *Hackathon*;
- c) Como que, depois da experiência do *Hackathon*, você usaria o que aprendeu em seu trabalho no futuro?
- d) Você acha que esse aprendizado pode melhorar sua atividade como profissional? Por que?
- e) Responda: sobre os assuntos tratados no *Hackathon*, antes eu achava que _____, agora eu acho que _____.

Pelas reflexões extraídas das IATs, os alunos questionaram seus papéis, desempenhos e concepções sobre a competência empreendedora, relevando mudanças na forma de pensar e disposição para agir em sua vida pessoal ou profissional como consequência da participação do *Hackathon*.

Pessoalmente, em todas as empresas em que trabalhei, a linguagem sempre teve que ser o mais formal possível, as petições e documentos que vi eram sempre cansativos no olhar e apenas palavras pretas em um fundo branco. Esse evento me mostrou que é, sim, possível fugir da “regra” de como as coisas devem ser no direito, e que talvez um dia eu possa fazer essa mudança no escritório onde estiver, ou em meu próprio exercício da profissão.

Também foram constatados depoimentos espontâneos de alunos, postados em redes sociais como Instagram e LinkedIn, tais como: “[...] o *Hackathon* foi simplesmente incrível e uma aventura que agregou demais” ou “[...] participar deste projeto está sendo um grande aprendizado e primeiro passo a uma grande conquista”. Alunos envolvidos nas ligas acadêmicas da faculdade repercutiram o desafio em suas próprias redes sociais e documentaram por meio de podcast produzido pelo CEAT (@legalhackerismack) as experiências e aprendizagem adquiridas.

O CEAT mantém um programa chamado EDUCAST, que reúne vários episódios sob formato de “podcast” para difundir o desenvolvimento das competências chaves do sistema MACKSTLR bem como as iniciativas de aprendizagem transformadora. Em novembro de 2023, duas professoras do Núcleo de Educação Empreendedora (NEE), entrevistaram um dos grupos “Top 10” do *Hackathon* de Proteção de Dados e Legal Design, sobre suas experiências de participação em uma Iniciativa de Aprendizagem Transformadora e o desenvolvimento de competências empreendedoras e comunicativas.

O podcast pode ser acessado por meio do link: <<https://www.mackenzie.br/centro-de-excelencia-em-ensino-e-aprendizagem-transformadora/menu/podcast-educast>>.

No podcast houve relatos emocionantes de superação ante o desafio de entregar resultados em prazos exíguo, sendo também valorizado o trabalho de equipe, a complementaridade do perfil dos alunos no grupo, as interações entre colegas e o contato com



professores e profissionais, ressignificados pela existência de uma demanda real que envolvia a universidade, as empresas e do qual os estudantes eram os protagonistas.

Houve menção dos alunos que passaram a se tratar como futuros sócios, com a indicação de que embriões de projetos empreendedores e definições de áreas de atuação começaram a ser formados a partir dessa experiência.

O engajamento do Hackathon também foi observado por cerca de 1700 visualizações em conta na rede Instagram, criada para o desafio, e pela participação de cerca de 1500 alunos em cerimônias de premiação.

Por fim, na quinzena seguinte ao evento, os alunos que deveriam escolher seus temas de TCC passaram a procurar os professores de NEE para orientação em temas relacionados à direito de empreendedores, liberdades econômicas, marco legal das startups, inteligência artificial, regulação de mercado de capitais e outros temas correlatos a empreendedorismo, inovação e empresarialidade. Até 2022, os professores de empreendedorismo e o próprio tema nem eram cogitados pelos alunos de direito.

5. Considerações finais

O objetivo deste artigo é apresentar o histórico de mudanças que foram realizadas para aumentar o engajamento dos alunos nas disciplinas de empreendedorismo no curso de direito da UPM.

Na fundamentação teórica foi apresentada a relevância das competências empreendedoras para o profissional de direito contemporâneo e a dificuldade da Universidade Presbiteriana Mackenzie em obter o engajamento dos alunos de direito ao ensino de empreendedorismo.

No método foram apresentadas as ações do Núcleo de Educação Empreendedora para reverter este quadro, culminando com a experiência da aplicação do modelo de aprendizagem conhecido como *Hackathon*, que se mostrou uma estratégia bem-sucedida de desenvolvimento de competências empreendedoras.

A experiência revelou contribuições para o ensino de empreendedorismo, para a empresa proponente do desafio e para a gestão da educação empreendedora.

Para o ensino de empreendedorismo, a experiência revelou a importância de discutir projetos baseados em problemas reais, informados em detalhes pelas próprias empresas, com solução envolvendo tema que faça parte do conteúdo específico do curso além dos conceitos e técnicas aplicadas no ensino de empreendedorismo. Além disso, os bastidores da competição revelados nas redes sociais demonstraram ser uma estratégia de envolvimento dos alunos durante o processo de aprendizagem. A prática pode ser aplicada de forma concomitante com o uso de cursos online em plataformas MOOC - *Massive Open Online Courses*, conforme já sugerido por pesquisadores do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e da Universidade Federal Fluminense (UFF) (Lima et al., 2019), já que o empreendedorismo e a solução de problemas reais podem demandar conhecimento não estruturado.

Para a empresa proponente do desafio, os resultados foram divulgados em matéria jornalística do portal JOTA, dedicado a assuntos do mercado do direito.

Fachinetti et al (2023) afirma que



[...] um instrumento de caráter jurídico robusto e simples parece até contraditório, já que a simplicidade é mais difícil do que parece, mas o resultado [do Hackathon] foi um sucesso: foram mais de 500 estudantes da graduação envolvidos em apenas 5 dias, com apoio de professores, advogados, especialistas e startups, usando softwares de diversos tipos, que produziram, ao final, pitches de defesa de seus projetos, para promover o empreendedorismo inovador.

[...] a organização tem em mãos a possibilidade de aprimorar ainda mais a transparência e promover a inovação” por meio dos trabalhos que foram produzidos. Salienta também a contribuição para o próprio mercado que conheceu um “case” inédito de coparticipação em privacidade.

Esta constatação difere da pesquisa de Gessi et al. (2021), que afirma que os *Hackathons* geram poucos resultados efetivamente implementados. Aqui há oportunidade para futuras pesquisas, uma vez que outras variáveis do contexto podem ter influenciado estes resultados, como, por exemplo, o fato de uma funcionária da empresa proponente ser uma das professoras de empreendedorismo no curso de direito. Esta questão leva a discussões mais amplas e futuras pesquisas sobre a contribuição de professores com outras atividades profissionais face àqueles que se dedicam exclusivamente à docência e à pesquisa na universidade.

Por fim, para a gestão da educação empreendedora, a experiência demonstra que foi uma estratégia adequada a manutenção de um núcleo de educação empreendedora que discute temas, eventos, conteúdos, mas também o respeito à especificidade de cada curso, tendo professores com experiência em empreendedorismo, mas com trabalho e negócios na área específica do curso em que atuam.

Referências

Araújo, C., & Pedron, C. D. (2016). The importance of soft skills and IT Project Manager’s personality type. *International Journal of Professional Business Review (JBReview)*, 1(1), 40–59. <https://openaccessojrs.com/JBReview/article/view/8/9>

Barton, B. H. (2015). *Glass Half Full: The Decline and Rebirth of the Legal Profession*. Oxford University Press.

Braighi, A. A. (2023). Participação da sociedade em *Hackathons* anticorrupção no Brasil: resultados sob a ótica das instituições. *Revista da CGU*, 15(27), 1–15. <https://doi.org/10.36428/revistadacgu.v14i27.523>

Camelo, A. P., Bicego, B. E., & Silveira, A. C. R. D. (2020). *Liderança e inovação no direito: a emergência dos líderes de inovação jurídica em um setor em transformação*. <https://hdl.handle.net/10438/31582>

DeStefano, M. B. (2018). *The Law Firm Chief Innovation Officer: Goals, Roles, and Holes*. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3282729

Fachinetti, A. F., Adas, G., & Garcia, L. R. (2023). *Revolucionando a transparência na privacidade com Legal Design*. JOTA. <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/legal-business/revolucionando-a-transparencia-na-privacidade-com-legal-design-07092023>



Ferberbaum, M., Camelo, A. P., Radomysler, C. N., Pasqualetto, O. Q. F., Aquino, G. M. T. de, Silveira, A. C. R. D., & Silva, A. P. (2022). *Relatório temático #1: Profissões jurídicas, competências e habilidades: primeiras aproximações conceituais*. Versão 2.0. <https://hdl.handle.net/10438/31999>

Ferberbaum, M., Silva, A. P., & Fabiani, E. R. (2018). *O futuro das profissões jurídicas: você está preparad@? Sumário executivo da pesquisa qualitativa “tecnologia, profissões e ensino jurídico”*. <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/28628>

Frauches, V. S., & Costa, M. A. P. R. (2019). *A importância das soft skills no processo de transição para o mundo do trabalho atual: um estudo quantitativo no Estado do Espírito Santo - Brasil* [Dissertação, Instituto Politécnico do Porto]. <http://hdl.handle.net/10400.22/16044>

Gessi, N. L., Chaves, D. F., Kovatli, M. de F., Pinto, B. K., Colpo, J., Ternes, A. R. L., Bisognin, E., & Mix, P. R. (2021). *Hackathon como modelo de aprendizagem ativa: estudo de caso de uma instituição de ensino superior do Noroeste gaúcho*. *Conjecturas*, 21(7), 225–246. <https://doi.org/10.53660/conj-425-310>

Goodman, J. (2016). *Robots in Law: How Artificial Intelligence is Transforming Legal Services*. ARK Group.

Kelsen, H. (1984). *Teoria Pura do Direito*. 6ª edição, Armênio Amado.

Leite, C. S. A. (2016). *A influência das soft skills na atuação do gestor: a percepção dos profissionais de gestão de pessoas* [Dissertação, FGV - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas]. <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17711/Dissertac%cc%a7a%cc%83o%20Final%202016.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Lima, A. A. S., Hora, A. L. F., Kellermann, D., Maia, J. S., & Carvalho, T. S. (2019). Massive Open Online Courses na oferta de ensino de Empreendedorismo e Sustentabilidade. *Revista de Administração, Sociedade e Inovação*, 5(2), 241–265. <https://doi.org/10.20401/rasi.5.2.348>

Mackenzie. (2023). *Portal CEAT - Centro de Excelência em Ensino e Aprendizagem Transformadora*. Mack STLR. <https://www.mackenzie.br/centro-de-excelencia-em-ensino-e-aprendizagem-transformadora/menu/sobre/mackstlr>

Mezirow, J. (1978). *Education for Perspective Transformation: Women's Re-entry Programs in Community Colleges* (C. U. Teachers College, Org.). Centre for Adult Education.

Nybo, E., Cunha, M., & Maia, A. C. (2020). *Legal Design-Criando documentos que fazem sentido para o usuário*. Saraiva Educação S.A.

Susskind, R. (2010). *The End of Lawyers: Rethinking the Nature of Legal Services*. Oxford University Press.

Wandeur, T. C. S., & Sormani, A. (2021). A aplicabilidade do sistema de *Hackathon* para efetivação da justiça social e o combate à corrupção. [Trabalho de conclusão de curso (Direito, Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha). Em: *Trabalho de conclusão de curso de Direito*. <http://hdl.handle.net/11077/2120>



Zanchet, R. E. R., & Silva, L. C. S. (2021). Educação Empreendedora nos Cursos de Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). *Revista de Administração, Sociedade e Inovação*, 7(3), 47–68. <https://doi.org/10.20401/rasi.7.1.478>.